**Pró-Ordem**
R. Adelaide Cabete, nº 5 - C; 1500-023 LISBOA
www.federacaodosprofessores.com; Tel.: 217 152 470, Tlm: 96 801 48 77
presidenteproordem@gmail.com

# Ministro equaciona a dispensa de vagas para o 5º e 7º escalão a quem tenha "habilitações mais avançadas"

A **Pró-Ordem** e a **Federação Portuguesa de Professores** reuniram hoje ao fim da tarde com o Ministro da Educação, João Costa e com o Secretário de Estado da Educação, António Leite.

Após as intervenções iniciais dos dois membros do Governo presentes, como nenhum deles se referiu à greve nacional de docentes do dia 2 do corrente, começámos por colocar duas perguntas ao Sr. Ministro:
1ª Pergunta: - Recebeu o nosso Pré-Aviso de Greve?
2.ª Pergunta: - Leu o conjunto de reivindicações nele elencado e que implicações desta greve para a negociação coletiva?

O Sr. Ministro mudou literalmente de assunto e **não respondeu àquilo que interessa aos muitos milhares de docentes** que, de Norte a Sul do País, de forma solidária abdicaram do seu magro salário (já que grande parte é retido na fonte para impostos) e fizeram esta justa Greve Nacional.

De seguida colocámos a questão da **ruptura de paridade entre a carreira docente e a carreira técnica superior**, ou seja o Governo vai aumentar esta em 102€ e, em sede de Proposta de Orçamento de Estado, propõe apenas um aumento de 52€ para aquela. A resposta que recebemos foi de molde a deixar-nos ainda mais preocupados. Talvez se tivéssemos alguém com mais peso político em sede de Conselho de Ministros esta quebra de paridade, que vigora há dezenas de anos, não estaria a ser deixada cair com tanta facilidade…

Quanto à contagem do **tempo de serviço, aposentação, quotas e vagas** não vimos abertura negocial, excepto para se equacionar a dispensa de vaga para o 5º e 7º escalão a quem tenha "habilitações mais avançadas" (será mestrado, doutoramento?...)

Parece haver abertura para a contagem do tempo de serviço em creche e a consideração da questão dos técnicos especializados da António Arroio e da Soares dos Reis.

Em matéria de concursos acolhe-se a reivindicação do movimento sindical docente de **reduzir a dimensão territorial dos QZP, passando dos atuais 10 para 23**. Mas o concurso interno passaria a ter uma **validade quinquenal**, em vez dos atuais quatro anos. Sendo que não parece haver grande pressa no finalizar deste processo negocial, pois o concurso geral não será em 2023, mas apenas em 2024.

O projeto do Ministério, aparentemente, parece ainda estar apenas em embrião; pelo menos à nossa Federação ainda nada foi entregue por escrito. Mas, uma coisa é certa, será instituído um designado **Conselho Local de Diretores de Agrupamento de Escola**, para escolher "alguns" professores. Se e esses "alguns" serão 1/4, 1/3 ou mais, só o futuro o dirá…

Lisboa, 7 de Novembro de 2022

Pela Direção Nacional
O Presidente da Direção

Filipe do Paulo